



Os Meios de Reação dos Particulares no CPA e CPTA e a Relevância na Prática Administrativa

Formação Online | Formação Administração Pública

Datas: 24, 26 e 30 de setembro e 1 de outubro de 2025

Horário: 09h30 às 13h00

ENQUADRAMENTO GERAL

Esta ação de formação pretende dotar os trabalhadores, dirigentes e responsáveis da Administração Pública de conhecimentos fundamentais sobre **os meios legais ao dispor dos cidadãos para reagir a decisões administrativas**, como reclamações, recursos hierárquicos e impugnações. Pretende-se que os participantes compreendam as consequências práticas desses mecanismos, incluindo **prazos, reapreciação de atos e responsabilidades legais**. Através do respeito pelos princípios da legalidade, transparência e boa-fé, a formação reforça a **qualidade e segurança jurídica dos atos administrativos**, promovendo uma cultura de responsabilidade que contribui para uma **governança mais eficaz e para a confiança dos cidadãos nos serviços públicos**.

Mais do que uma abordagem teórica, esta formação foca-se nas implicações práticas para os serviços e para quem neles trabalha: **como devem atuar os funcionários perante uma reclamação ou impugnação? Quais são os prazos a cumprir? O que pode acontecer se não se respeitar o direito de reação dos particulares?**

Através da **análise do CPA e do CPTA**, com **exemplos concretos da realidade dos serviços públicos**, serão abordados os riscos, deveres e boas práticas que todos os profissionais devem conhecer para atuar de forma legal, eficiente e responsável no exercício das suas funções.

OBJETIVOS GERAIS

- **Conhecer os principais meios de reação dos particulares** previstos no Código do Procedimento Administrativo (CPA) e no Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), incluindo reclamações, recursos hierárquicos e impugnações.
- **Compreender as consequências legais e práticas destes mecanismos na atividade administrativa**, nomeadamente a obrigação de reapreciação de atos, suspensão de prazos ou potenciais responsabilidades por ilegalidades.



- ## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ## PROGRAMA

1.1. No Código do Procedimento Administrativo (CPA):

- Conceito e efeitos;
- Prazos de apresentação e decisão;
- Legitimidade dos reclamantes.



- Diferença entre recurso hierárquico necessário e facultativo;
- Competência e tramitação.

III. Recurso administrativo especial: Fundamentos e admissibilidade

IV. Revogação e anulação administrativas

- Distinção entre revogação e anulação;
- Atos insuscetíveis de revogação e anulação e respectivos condicionalismos.

1.2. No Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA):

I. Impugnação de atos administrativos

- Atos impugnáveis: distinção entre atos nulos e anuláveis;
- Prazos e requisitos de admissibilidade.

II. Ações administrativas

- Impugnação de atos administrativos, à condenação à prática de ato devido;
- Impugnação de normas;
- Efetivação da responsabilidade civil de pessoas coletivas públicas;
- Interpretação validade ou execução de contratos.

III. Ações administrativas de natureza urgente, as intimações e os processos cautelares

2. Analisar os efeitos legais dessas reações na atividade administrativa

2.1. Suspensão (ou não) da eficácia dos atos administrativos

- Efeitos suspensivos automáticos ou dependentes de decisão;
- Implicações práticas para a execução de atos.

2.2. Possibilidade de reapreciação oficiosa

- Poderes de autotutela da Administração.

2.3. Risco de litígios judiciais ou de responsabilização da Administração

- Responsabilidade civil por atos administrativos ilegais;
- Responsabilidade disciplinar e financeira dos funcionários;
- Medidas preventivas e boas práticas.





- Documentação;
- Certificado de participação.

Poderá fazer a inscrição no nosso site www.quadrosemetas.pt.

Se preferir, poderá fazer download da ficha de inscrição disponível no nosso site e enviar via e-mail (info@quadrosetas.pt).

Se desejar, e uma vez que o número de inscrições é limitado, poderá efetuar uma pré-marcação telefónica e confirmar posteriormente através do envio da ficha de inscrição.

O pagamento deverá ser efetuado por transferência bancária (CGD, IBAN: PT50 0035 0651 0051 0352 9303 8) ou por cheque (à ordem da Quadros & Metas – Consultores de Gestão e Formação, Lda., contribuinte nº 503 586 730).

O cancelamento da inscrição só dará lugar ao reembolso se for efetuado 10 dias úteis antes da realização do Seminário. Após esse período o cancelamento, se for efetuado até 5 dias úteis antes da realização do seminário, dará lugar á retenção de 25% do pagamento, para compensação das despesas administrativas realizadas. Os cancelamentos efetuados com menos de 3 dias úteis da data de realização do seminário serão faturados na sua totalidade.

A Quadros & Metas aceita, mediante comunicação escrita, que qualquer pessoa inscrita possa ser substituída.

Ana Rocha
ana.rocha@quadrosemetas.pt
Tel.: 228 301 302

29 anos a criar Formação Especializada para a Administração Pública

Siga-nos no

